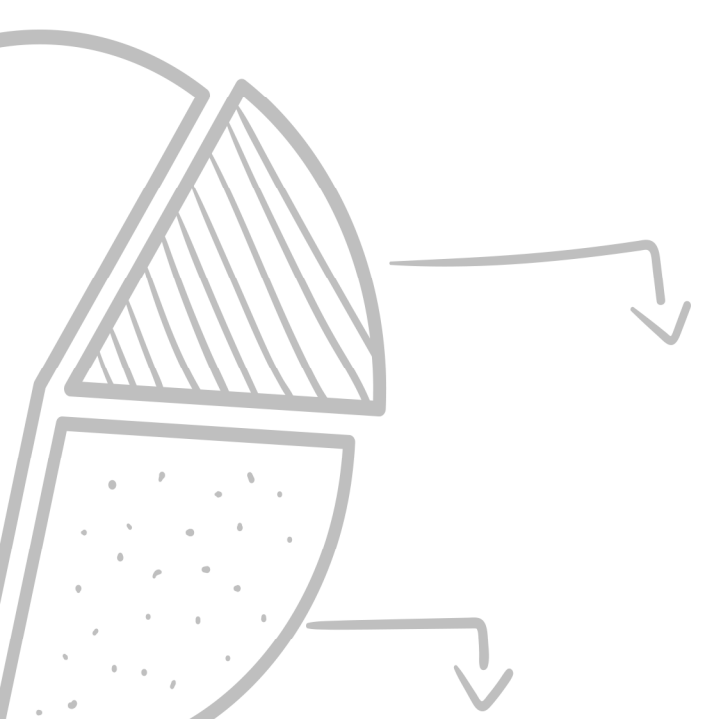
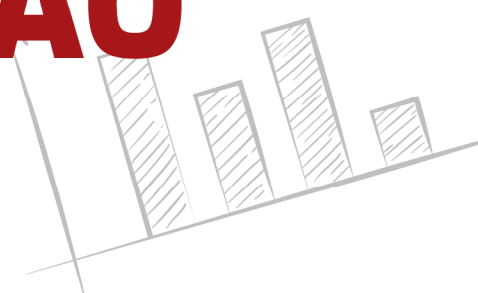


RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSTANTINO NOVAIS DA SILVA BARBOSA JÚNIOR



ABRIL | 2021

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos a seguir a prestação de contas de 2020, com as Demonstrações Financeiras do ano acompanhada de relatório dos auditores independentes. Mais uma vez cumprimos o compromisso de apresentar um relatório robusto, transparente e que espelha a realidade do clube.

Ao assumir o clube em 2018, projetamos uma redução estrutural, com cortes de funcionários e diminuição de despesas fixas e buscamos incessantemente o aumento das fontes de receitas, ao mesmo tempo, buscamos trazer a realidade financeira do clube à tona, sendo portanto necessário, realizar a republicação dos balanços seguindo os ditames previstos e coordenados por auditoria independente, para que o nosso conselheiro, nosso sócio, nosso torcedor, entendesse a realidade financeira do clube, o que foi realizado no ano de 2020, com a publicação de 2019 e rerepresentação das demonstrações dos anos de 2018 e 2017.

Enfrentamos neste último ano de mandato, uma das piores crises sanitárias dos últimos 100 (cem) anos, o que acarretou na paralisação do futebol brasileiro durante mais de 04 (quatro) meses, além da impossibilidade de contar com a receita proveniente de bilheteria, que afetou, sobremaneira os resultados financeiros e desportivos do ano. As receitas de bilheteria causaram em 2020 uma redução na ordem de 56%, saindo de 2,459 milhões em 2019 para 1,090 milhões em 2020 em virtude da pandemia do coronavírus que impediu a presença física do torcedor no estádio. Cabe registrar ainda, que o impacto só não foi maior em virtude da ação de marketing do projeto do Estádio Lotado que realizou vendas de ingressos virtuais o que trouxe uma arrecadação na ordem de 360 mil bruto ainda em 2020.

Durante o pior período da pandemia, tomamos algumas medidas, para enfrentar a crise proveniente da paralisação das atividades, como por exemplo a suspensão de atividades não essenciais e repactuação de contrato com fornecedores e prestadores de serviços de atividades essenciais, adequação dos funcionários do clube à MP 936/2020 com redução de jornada e suspensão do contrato de trabalho dos cerca de 160 funcionários do clube, incluindo atletas e comissão técnica e acordos com os atletas para redução dos direitos de imagem durante a paralisação.

Assim, mediante todas as dificuldades enfrentadas, conforme pode ser observado através do relatório, em 2020, nossa receita bruta foi de 13,753 milhões, uma redução de 37,23% frente aos 21,909 milhões de 2019 obtidos em função do desempenho esportivo na Copa do Brasil e Copa do Nordeste.

Acreditamos, sobretudo, que com as finanças equilibradas, credibilidade institucional no mercado e competência na formação e gestão, criaremos o ambiente propício para o desempenho esportivo de alta performance e, conseqüentemente, para o sentimento santa-cruzense de orgulho e motivação para enfrentar as dificuldades inerentes ao nosso clube e sendo esses os desafios para os próximos anos do Santa Cruz Futebol Clube.

Buscamos assim, durante todo o triênio 2018-2020, consolidar os alicerces para um cenário de ciclo virtuoso, sendo necessário, sobretudo, o acesso a divisões superiores do futebol brasileiro, o que não ocorreu em 2020 por muito pouco apesar de todas as dificuldades encontradas, para que possamos partir para planejar e atingir novos patamares de competitividade e ambição, com a possibilidade de investimento em nossas divisões de base, centro de treinamento e excelência na formação de atletas.

Nas divisões de base, dando continuidade a um trabalho de longo prazo, tivemos a maior utilização de atletas das divisões de base nos últimos 10 (dez) anos. O Santa Cruz Futebol Clube também veio a concretizar em 01/01/2021 a transferência do atleta Maycon Cleiton de Paula Azevedo, 22 anos, em caráter definitivo ao Red Bull Bragantino. O clube de Bragança Paulista adquiriu o percentual de 80% (oitenta por cento) dos direitos econômicos, pelo preço total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), cujas informações financeiras sobre a transferência serão divulgadas no balanço financeiro do 1º Trimestre de 2021, permanecendo ainda o Santa Cruz Futebol Clube detentor de 20% dos direitos econômicos deste atleta.

No Estádio José do Rego Maciel, finalizamos com recursos próprios a troca do gramado do estádio do Arruda, visando a modernização do campo de jogo, sendo este hoje considerado um dos melhores do Brasil. Também realizamos a reforma dos vestiários com a doação do ilustre santa-cruzense Nicola Pedulla.

Visando o entendimento de que o clube deve implementar uma política de comunicação contínua com o seu torcedor, continuamos aumentando nossa participações nas mídias sociais no Facebook, Twitter, Instagram e YouTube, finalizando a temporada 2020 entre os 23 maiores clubes do Brasil, em seguidores nas mídias sociais ultrapassando a casa de um milhão de seguidores.

Com esses números em nossas redes, nossos patrocinadores receberam retorno de mídia espontânea em território nacional, além de uma visibilidade internacional inédita, o que se traduz em receitas crescentes de digital, marketing e publicidade, que podem ser efetivamente auferidas no relatório financeiro, demonstrando um aumento e diversificação de receitas, inclusive de produtos licenciados. As receitas de marketing e comercial que compreendem as categorias de patrocínios, licenciamento de material esportivo e royalties, timemania e mensalidades do sócio torcedor, houve uma leve variação negativa de 12% no comparativo de 2020 com 2019, o que nos fez atingir o montante de 5,778 milhões em 2020.

O nosso programa de Sócio Torcedor enfrentou diversas dificuldades provenientes da pandemia do COVID-19, com queda acentuada na arrecadação chegando a 36% em relação ao ano anterior, sobremaneira em virtude da crise econômica instaurada, mantendo nosso entendimento que precisamos buscar ainda mais formas de fomentar ainda mais o programa, visando sua consolidação com a chegada ao patamar de ponto de equilíbrio financeiro do clube, ou seja, atingir a marca de 20.000 (vinte mil) associados titulares adimplentes, o que certamente mudará o patamar financeiro de curto prazo deste clube.

Neste sentido, durante o período da pandemia nosso departamento de marketing trabalhou com afinco, produzindo diversas campanhas elogiadas em todo o território nacional, bem como pela primeira vez, utilizamos vídeos institucionais para alavancar a venda de produtos e camisas da marca COBRA CORAL, como por exemplo os programas "Nordeste Coral", ingressos virtuais, entre outros lançamentos de produtos como máscaras e camisas comemorativas durante todo o ano de 2020, que garantiu um pagamento regular aos nossos funcionários e atletas, mesmo havendo ainda atrasos e pendências de pagamento, durante a temporada, sobretudo pela ausência de jogos, mas tendo finalizado a temporada com os salários do futebol e grande parte do administrativo em dia.

Em relação a COBRA CORAL, reorganizamos o modelo de negócio, que antes restringia o mercado de distribuição bem como não atendia os interesses econômicos do clube. Neste sentido buscamos equacionar e liquidar débitos anteriores com fabricantes e fornecedores e fomentamos a entrada de novos parceiros, que consolidaram o crescimento da marca e o incremento dos royalties, sobretudo com a abertura de mais 02 (duas) novas lojas em shoppings da Região Metropolitana do Recife.

Para o ano de 2021, entendemos que o Santa Cruz precisa cada vez mais buscar consolidar esse alicerce de austeridade para fomentação de um cenário de ciclo virtuoso, com conquistas dentro e fora de campo, com o engrandecimento do patrimônio e diversificação e incremento na receita e controle do passivo de curto prazo.

Em virtude da continuidade da pandemia da COVID-19, sabemos que enfrentaremos um cenário difícil à nossa frente, mas que deve continuar sendo encarado com muita serenidade e profissionalismo. A ajuda de todos os tricolores será mais uma vez de fundamental importância fator essencial para mudança de patamar do clube.

A seguir, leitura por meio de elementos visuais com o objetivo de aumentar o grau de percepção quanto ao desempenho econômico-financeiro no período:

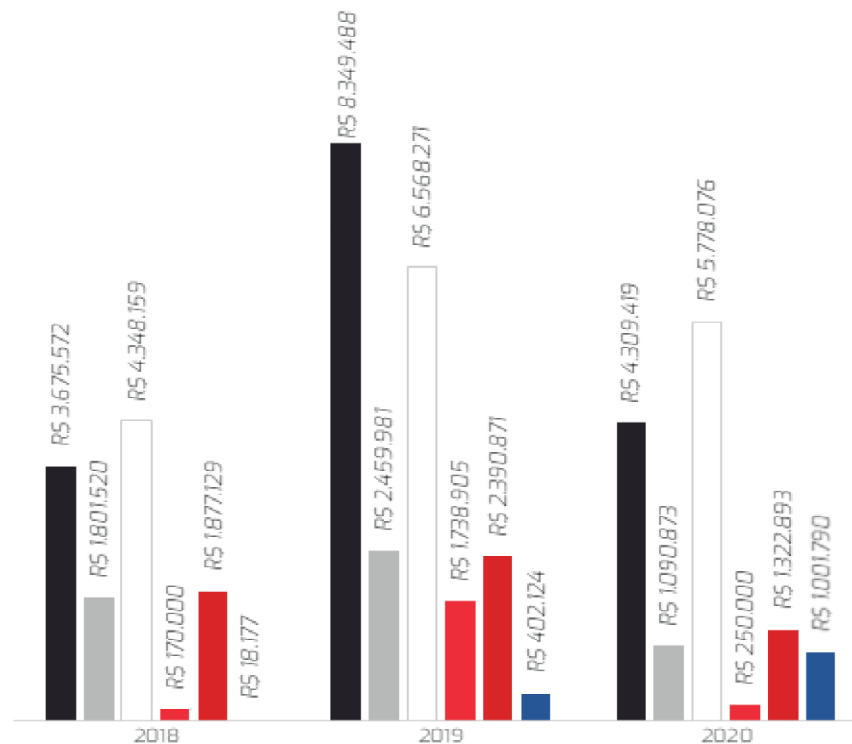
RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As receitas operacionais brutas atingiram R\$ 13,753 milhões em 2020, com queda de 37,23% em relação ao ano anterior, no qual atingimos a segunda maior receita dos últimos 10 anos. A redução da atividade econômica decorrente da pandemia impactou indiscriminadamente os diferentes agentes da indústria esportiva, ocasionando redução no valor total em nossas principais fontes de receitas. Esta perda manifestou-se com maior impacto nas receitas com bilheteria, que registraram queda de 55,66% em relação ao ano anterior.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA



R\$ 10.000.000
R\$ 9.000.000
R\$ 8.000.000
R\$ 7.000.000
R\$ 6.000.000
R\$ 5.000.000
R\$ 4.000.000
R\$ 3.000.000
R\$ 2.000.000
R\$ 1.000.000
R\$ -



■ Cessão de direitos de transmissão de jogos	R\$ 3.675.572	R\$ 8.349.488	R\$ 4.309.419
■ Bilheteria	R\$ 1.801.520	R\$ 2.459.981	R\$ 1.090.873
□ Marketing e comercial	R\$ 4.348.159	R\$ 6.568.271	R\$ 5.778.076
■ Transferências de atletas	R\$ 170.000	R\$ 1.738.905	R\$ 250.000
■ Clube social	R\$ 1.877.129	R\$ 2.390.871	R\$ 1.322.893
■ Outras receitas	R\$ 18.177	R\$ 402.124	R\$ 1.001.790

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	
	13.753.050	21.909.640	-37,23%
<i>Direitos de transmissão</i>	4.309.419	8.349.488	-48,39%
<i>Repasse de direitos federativos + solidariedade</i>	799.290	1.770.249	-54,85%
<i>Bilheteria</i>	1.090.873	2.459.981	-55,66%
<i>Patrocínio</i>	1.935.338	1.921.033	0,74%
<i>Programa de sócio torcedor</i>	1.831.636	2.878.057	-36,36%
<i>Timemania</i>	1.384.159	1.740.549	-20,48%
<i>Licenciamentos e royalties</i>	626.942	382.495	63,91%
<i>Escolinhas esportivas</i>	5.400	8.400	-35,71%
<i>Outras receitas</i>	1.769.993	2.399.387	-26,23%



CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE CAIXA

O indicador EBTIDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), correspondente em português a Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, é um indicador que demonstra a capacidade de geração de caixa por meio da execução das atividades operacionais, subtraindo o efeito de despesas que não impactam para o caixa no referido período.

A retomada da melhoria da capacidade de geração de caixa observada entre 2018 e 2019, foi diretamente impactada pelos efeitos da crise econômica instalada a partir da pandemia do Covid-19.

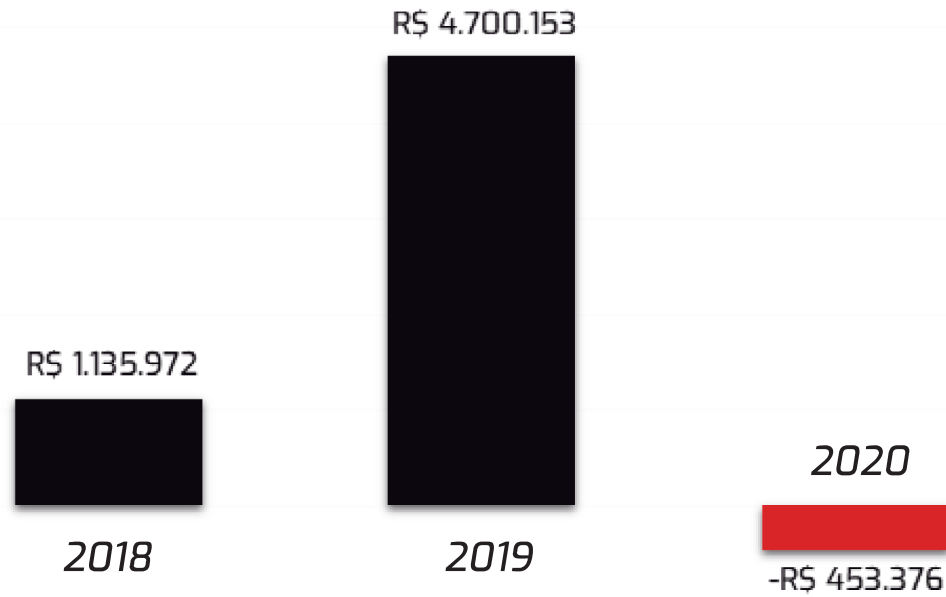
EBITDA

Em Milhares de Reais

	2018	2019	2020
Receita total	R\$ 12.401.650	R\$ 21.594.461	R\$ 13.753.051
Custos e Despesas	-R\$ 30.865.925	-R\$ 24.002.945	-R\$ 19.292.749
RESULTADO OPERACIONAL	-R\$ 18.464.275	-R\$ 2.408.484	-R\$ 5.539.698
Amortização de atletas de futebol			
Despesas com depreciação e amortização	5.093.433	5.097.032	5.086.322
Despesas com contingências	14.506.814	R\$ 2.011.605	R\$ -
	2018	2019	2020
EBITDA	R\$ 1.135.972	R\$ 4.700.153	-R\$ 453.376



EBITDA



Constantino Silva

Constantino Novais da Silva Barbosa Júnior

Presidente do Santa Cruz Futebol Clube

Gestão 2018-2020

Santa Cruz Futebol Clube

Relatório dos auditores independentes, demonstrações contábeis e notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Santa Cruz Futebol Clube

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
<u>Demonstrações contábeis auditadas:</u>	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros, Sócios e Administradores do
Santa Cruz Futebol Clube
Recife - PE

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Santa Cruz Futebol Clube (Clube), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Santa Cruz Futebol Clube, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de sua operação e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Não foi possível satisfazermos-nos por meio de procedimentos de auditoria quanto a parcela do saldo de Contas a receber, no montante de R\$ 675.569, tendo em vista que não nos foi fornecido relatório, que demonstrasse a sua composição: com data, descrição e valor a receber de cada transação.

Não foi possível satisfazermos-nos por meio de procedimentos de auditoria quanto aos saldos originais das contas: Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Ferramentas e apetrechos, Máquinas e equipamentos, Máquinas de academia de ginástica, Veículos e Sistemas de segurança que totalizam o montante de R\$ 1.399.860 dos R\$ 247.727.983 contabilizados como ativo imobilizado do Clube em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista que não nos foi fornecido relatório com a descrição individual de cada bem (controle patrimonial físico), devidamente conciliado com o saldo contábil.

Não foi possível satisfazermos-nos por meio de procedimentos de auditoria quanto ao saldo da depreciação acumulada dos bens do Ativo imobilizado, no montante de R\$ 9.925.635 tendo em vista que não foi utilizada a metodologia de cálculo de depreciação pela vida útil do bem, conforme regras determinadas pelo Pronunciamento técnico ICPC 10 Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

Não foi possível satisfazeremo-nos por meio de procedimentos de auditoria quanto a parcela dos saldos de Obrigações tributárias e de Obrigações sociais e trabalhistas, que montam em R\$ 5.147.193 e R\$ 8.190.255, respectivamente, tendo em vista que não nos foi fornecido relatório, que discrimine a composição analítica desses passivos, com data de vencimento, data de competência, descrição de cada obrigação a pagar e respectivo valor.

Não foi possível satisfazeremo-nos por meio de procedimentos de auditoria quanto ao saldo de Empréstimos de terceiros, tendo em vista que não nos foram fornecidos relatórios de controle analítico do saldo pelo Setor financeiro do Clube.

Não foi possível satisfazeremo-nos por meio de procedimentos de auditoria quanto a parcela do saldo de R\$ 69.622.498, do montante de R\$ 183.563.672, contabilizados como provisão para riscos judiciais, referentes a ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias movidas contra o Clube. O saldo contabilizado pelo Clube está a maior do que a posição fornecida pelos seus assessores jurídicos e não nos foi apresentado relatório que discrimine as ações judiciais movidas contra o Clube, referentes a essa parcela de saldo, contendo data, número do processo, autor, descrição e valor.

O Clube está em fase de aprimoramento de uma estrutura de controles internos adequada para os seus processos transacionais e de preparação das demonstrações contábeis. Entretanto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Clube não possuía um ambiente de controles internos adequado para os seus processos transacionais e de preparação das demonstrações contábeis referentes aos assuntos mencionados acima. Conseqüentemente, nossos exames podem não ter detectado eventuais distorções não citadas nos parágrafos anteriores.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que o Clube apresenta déficit de R\$ 5.625.020 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e os Passivos totais de R\$ 218.750.009, excedendo os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo em R\$ 217.197.408 e estava pendente de cumprimento de várias obrigações, principalmente de natureza tributária e previdenciária. Devido a isso, tem-se a necessidade de obtenções relevantes de recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As medidas que estão sendo avaliadas e desenvolvidas pela Administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial do Clube, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades, estão desenvolvidas na Nota Explicativa nº 1. A continuidade das atividades do Clube dependerá do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a um Clube em continuidade normal, e não incluem nenhuma modificação contábil, que seriam requeridos na impossibilidade do Clube continuar exercendo suas atividades.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Clube é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de abril de 2021



EQUITY SERVIÇOS DE CONTABILIDADE
CRC-PE Nº 001344/O

Bruno Lindoso de Melo
Contador
CRC-PE Nº 017.217/O-4

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E 1º DE JANEIRO DE 2019

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
		R\$	R\$ (Reapresentado)	R\$ (Reapresentado)		R\$	R\$ (Reapresentado)	R\$ (Reapresentado)
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	4	676.624	639.560	349.663				
Contas a receber	5	735.891	1.937.895	862.543				
Tributos a recuperar		29.259	29.259	28.857				
Adiantamento a fornecedores		110.827	19.240	-				
Total do ativo circulante		<u>1.552.601</u>	<u>2.625.954</u>	<u>1.241.063</u>				
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Depósitos judiciais		627.383	284.632	-				
Empréstimos a terceiros	6	908.977	970.726	1.034.512				
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>1.536.360</u>	<u>1.255.358</u>	<u>1.034.512</u>				
Imobilizado	7	242.641.661	247.727.983	252.825.015				
Total do ativo não circulante		<u>244.178.021</u>	<u>248.983.341</u>	<u>253.859.527</u>				
TOTAL DO ATIVO								
		<u>245.730.622</u>	<u>251.609.295</u>	<u>255.100.590</u>				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
CIRCULANTE								
Fornecedores		198.859	145.627	141.209				
Empréstimos bancários		-	-	69.591				
Obrigações tributárias	8	5.741.591	5.166.491	4.761.961				
Obrigações sociais e trabalhistas	9	9.752.792	8.012.726	5.178.955				
Acordos extrajudiciais a pagar	10	708.598	787.422	3.194.926				
Adiantamentos de terceiros	11	2.287.856	2.008.266	2.206.120				
Receitas a apropriar	12	1.066.856	1.549.343	1.997.383				
Parcelamentos tributários	13	285.412	132.244	2.617				
Empréstimos de terceiros	14	11.697.275	11.372.990	11.952.311				
Outras obrigações	15	2.728.908	2.022.284	2.092.854				
Total do passivo circulante		<u>34.468.147</u>	<u>31.197.393</u>	<u>31.597.927</u>				
NÃO CIRCULANTE								
Parcelamentos tributários	13	718.190	956.716	1.195.242				
Provisão para riscos judiciais	16	183.563.672	186.849.553	186.960.773				
Total do passivo não circulante		<u>184.281.862</u>	<u>187.806.269</u>	<u>188.156.015</u>				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Ajuste de avaliação patrimonial	17	241.156.906	245.129.749	249.102.592				
Déficits acumulados		(214.176.293)	(212.524.116)	(213.755.944)				
Total do patrimônio líquido		<u>26.980.613</u>	<u>32.605.633</u>	<u>35.346.648</u>				
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
		<u>245.730.622</u>	<u>251.609.295</u>	<u>255.100.590</u>				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Constantino Silva

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE
Constantino Novais da Silva Barbosa Júnior
Presidente Triênio 2018-2020

Ítalo de Melo Mendes

Ítalo de Melo Mendes
Contador CRC/PE 18.395/O-0

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2020</u> <u>R\$</u>	<u>2019</u> <u>R\$</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	13.753.051	21.594.461
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	19	(7.694.547)	(7.946.755)
Despesas administrativas	19	(11.598.202)	(14.044.585)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	-	(2.011.605)
Total		<u>(19.292.749)</u>	<u>(24.002.945)</u>
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(5.539.698)</u>	<u>(2.408.484)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	20	(131.980)	(289.264)
Receitas financeiras	20	46.658	124.395
RESULTADO FINANCEIRO - LÍQUIDO		<u>(85.322)</u>	<u>(164.869)</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		<u><u>(5.625.020)</u></u>	<u><u>(2.573.353)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	<u>Nota explicativa</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	Déficits acumulados	Total
		<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2018		<u>249.102.592</u>	<u>(167.152.143)</u>	<u>81.950.449</u>
Ajustes de competências anteriores	2	-	(46.603.801)	(46.603.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentados)		<u>249.102.592</u>	<u>(213.755.944)</u>	<u>35.346.648</u>
Ajustes retrospectivos		-	(167.662)	(167.662)
Realização do custo atribuído		(3.972.843)	3.972.843	-
Déficit do exercício		-	(2.573.353)	(2.573.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentados)		<u>245.129.749</u>	<u>(212.524.116)</u>	<u>32.605.633</u>
Realização do custo atribuído		(3.972.843)	3.972.843	-
Déficit do exercício		-	(5.625.020)	(5.625.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>241.156.906</u>	<u>(214.176.293)</u>	<u>26.980.613</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	<u>2020</u> <u>R\$</u>	<u>2019</u> <u>R\$</u> (Reapresentado)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(5.625.020)	(2.573.353)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:		
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	3.972.843	3.972.843
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(1.652.177)</u>	<u>1.399.490</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2020</u> <u>R\$</u>	<u>2019</u> <u>R\$</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Déficit líquido do exercício		(5.625.020)	(2.573.353)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais:			
Encargos financeiros sobre parcelamentos		-	164.869
Depreciações e amortizações	7	5.086.322	5.097.032
Provisão para riscos judiciais		(3.285.881)	2.011.605
Aumento (redução) nos ativos:			
Contas a receber		1.202.004	(1.075.352)
Adiantamentos		(91.588)	(19.240)
Tributos a recuperar		-	402
Depósitos judiciais		-	(284.633)
Empréstimos a terceiros		61.749	(63.786)
Outros créditos		(342.751)	-
(Aumento) redução nos passivos:			
Fornecedores		53.232	136.663
Obrigações sociais e trabalhistas		1.740.066	2.833.771
Tributos a recolher		575.100	404.530
Parcelamentos tributários		(85.358)	(713.465)
Receitas a apropriar		(482.487)	(450.657)
Acordos extrajudiciais a pagar		(78.824)	(2.407.504)
Adiantamentos de terceiros		279.590	(197.854)
Outras obrigações		706.624	(70.570)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(287.221)</u>	<u>2.792.458</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Empréstimos		324.285	(2.502.561)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>324.285</u>	<u>(2.502.561)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>37.064</u>	<u>289.897</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	639.560	349.663
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	676.624	639.560
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>37.064</u>	<u>289.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Informações gerais

O Santa Cruz Futebol Clube (“Clube”), foi constituído em 3 de fevereiro de 1914, com sede na cidade do Recife, na avenida Beberibe, nº 1285. Conforme estatuto social tem por objetivos principais:

- I – Promover e incentivar os desportos, em todas as suas modalidades, realizando e participando de provas que concorram para o desenvolvimento físico e mental da juventude;
- II – Promover reuniões e atividades de caráter social, cultural e esportivo; e
- III – Praticar desporto de rendimento organizado de modo profissional, não profissional, semiprofissional e amador.

Desempenho financeiro e econômico

A garantia do Clube em quitar seu passivo dependerá do seu desempenho futuro, que será afetada pelas condições econômicas de suas atividades, e capacidade da Administração gerenciar da melhor forma seus recursos.

Com a publicação da Medida Provisória do futebol que trata da renegociação das dívidas dos clubes com a União, trouxe perspectivas para o Clube se organizar financeiramente em âmbito tributário. À medida concede um prazo de até 240 meses com reduções de juros e multas para as entidades quitarem seus débitos. Em contrapartida, serão exigidas iniciativas de modernização da gestão, o chamado "fair play" financeiro, incluindo questões como o pagamento em dia de salários e direitos de imagem para os jogadores. O não cumprimento dos itens prevê punições rigorosas que vão até o rebaixamento e proibição de participação em campeonatos (ver nota explicativa nº 13).

O desempenho financeiro e econômico do Clube foi altamente prejudicado pela recente permanência no Campeonato brasileiro da Série C, afetando consideravelmente a perspectiva de receitas durante esse exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, o Clube apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 32.915.546 (R\$ 28.571.439 em 31 de dezembro de 2019). Fato também decorrente dos impactos da pandemia do Coronavírus que resultou na interrupção da disputa do Campeonato Estadual de Futebol na Edição 2020 em 16 de março, sendo retomado em julho, contudo, sem a presença de público nos estádios. Além das limitações na geração de receita com venda de ingressos para os jogos de futebol, todos as demais receitas foram afetadas pelo mesmo motivo.

A administração do Clube está empenhando esforços com vistas ao equilíbrio da situação econômico-financeira, tais quais:

- Ações de marketing e junto ao quadro de sócios;
- Renegociação com credores, reduzindo custos e alongando prazos;



- Parcelamentos de dívidas fiscais;
- Acordos sobre dívidas trabalhistas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

Impactos do coronavírus (“Covid-19”)

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da Covid-19 uma pandemia mundial em que autoridades governamentais em várias jurisdições impuseram lockdowns e restrições preventivas para conter o vírus, reduzindo a atividade operacional de inúmeros setores. Governos ao redor do mundo anunciaram medidas que preveem assistências financeiras e não financeiras aos setores econômicos interrompidos e organizações empresariais afetadas. No Brasil, os poderes Executivo e Legislativo publicaram vários atos normativos para, além de prevenir e conter a pandemia, mitigar os impactos na economia.

As atividades do Clube foram suspensas, bem como os campeonatos durante um período de 2020. Posteriormente, algumas atividades do Clube retornaram à sua normalidade ou foram adaptadas para as regras de prevenção definidas pelas autoridades e federações esportivas ao longo de 2020. Entretanto, o retorno do público aos estádios e competições esportivas está neste momento indefinida.

Os efeitos da Covid-19 poderão se estender nos resultados do Clube para o exercício de 2021, porém administrado da mesma forma como foi em 2020. Os principais aspectos a comentar são:

- Continuidade

Os eventos e condições gerados pela Covid-19 não geraram incertezas quanto à continuidade operacional do Clube. Como mencionado previamente, o Clube tem implementado inúmeras ações para garantir a continuidade das suas operações e, neste momento, o surto ainda não causou alterações nas circunstâncias que indicariam um risco de continuidade.

- Medidas adotadas como resposta ao Covid-19

A partir de março de 2020, o Clube vem implantando diversas medidas e protocolos para garantir: (i) a saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores, sócios e parceiros; (ii) a continuidade de todas as suas operações; e a solidez financeiras e resiliência de seus negócios como apresentados abaixo:

- ✓ Rotina de trabalho remoto para a equipe administrativa;
- ✓ Redução drástica de trabalho presencial para colaboradores considerados de risco;
- ✓ Diminuição das reuniões presenciais e controle sobre as realmente necessárias;
- ✓ Medidas de higiene reforçadas e uso obrigatório de máscaras;
- ✓ Período de quarentena obrigatório até a recuperação total em caso de contaminação do funcionário ou contato direto com pessoas infectadas;
- ✓ Outras medidas tais como ações para casos suspeitos/ confirmados, medição obrigatória de temperatura, entre outros de acordo com o protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde do Brasil.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, específicas para entidades desportivas (ITG 2003(R1)) e sem fins lucrativos (ITG 2002(R1)). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Reapresentação dos valores correspondentes de 2019 e 2018

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram originalmente publicadas em 31 de julho de 2020.

Os balanços patrimoniais em 2019 e 2018, estão sendo reapresentadas a fim de refletir os efeitos retroativos de ajustes, reclassificações e correções de erros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

Abaixo o quadro comparativo entre a presente reapresentação e as respectivas publicações originais:

- (a) Reclassificação para melhor apresentação, referente parcelamento BACEN, vide nota explicativa nº 13.
- (b) Reclassificação de dívidas fiscais, para melhor apresentação, de acordo com a nota explicativa nº 13.
- (c) Ajustes decorrentes de processos trabalhistas e tributários de competências anteriores a 2018 em que o Clube possui alta probabilidade de perda segundo diagnóstico jurídico. São eles:
 - Trabalhista – R\$ 10.245.719
 - Cível – R\$ 3.702.169
 - Tributário – R\$ 32.655.913
- (d) A administração do clube, emvidou esforços e não identificou a razão pela qual o saldo de R\$ 63.739.000, encontrava-se demonstrado a título de patrimônio social, separadamente, com relação aos resultados acumulados, fato que determinou sua reclassificação.



SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Originalmente apresentado	Ajustes	Ref.	Reclassificação	31/12/2019
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	639.560	-	-	-	639.560
Contas a receber	1.937.895	-	-	-	1.937.895
Tributos a recuperar	29.259	-	-	-	29.259
Créditos diversos	19.240	-	-	-	19.240
Total do ativo circulante	2.625.954	-	-	-	2.625.954
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	284.632	-	-	-	284.632
Empréstimos a terceiros	970.726	-	-	-	970.726
Imobilizado	247.727.983	-	-	-	247.727.983
Total do ativo circulante	248.983.341	-	-	-	248.983.341
TOTAL DO ATIVO	251.609.295	-	-	-	251.609.295
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	277.871	-	(a)	(132.244)	145.627
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	5.166.491	-	-	-	5.166.491
Obrigações sociais e trabalhistas	8.012.726	-	-	-	8.012.726
Acordos extrajudiciais a pagar	787.422	-	-	-	787.422
Adiantamentos de terceiros	2.008.266	-	-	-	2.008.266
Receitas a apropriar	1.549.343	-	-	-	1.549.343
Parcelamentos tributários	-	-	(a)	132.244	132.244
Empréstimos de terceiros	11.372.990	-	-	-	11.372.990
Outras obrigações	2.022.284	-	-	-	2.022.284
Total do passivo circulante	31.197.393	-	-	-	31.197.393
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamentos tributários	24.311.087	-	(b)	(23.354.371)	956.716
Provisão para riscos judiciais	116.891.381	46.603.801	(b) e (c)	23.354.371	186.849.553
Total do passivo não circulante	141.202.468	46.603.801	-	-	187.806.269
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio social	63.739.000	-	(d)	(63.739.000)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	245.129.749	-	-	-	245.129.749
Déficits acumulados	(229.659.315)	(46.603.801)	(c) e (d)	63.739.000	(212.524.116)
	79.209.434	(46.603.801)	-	-	32.605.633
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	251.609.295	-	-	-	251.609.295



SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Originalmente apresentado	Ajustes	Ref.	Reclassificação	31/12/2018
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	349.663	-		-	349.663
Contas a receber	862.543	-		-	862.543
Tributos a recuperar	28.857	-		-	28.857
Créditos diversos	-	-		-	-
Total do ativo circulante	1.241.063	-		-	1.241.063
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos a terceiros	1.034.512	-		-	1.034.512
Imobilizado	252.825.015	-		-	252.825.015
Total do ativo não circulante	253.859.527	-		-	253.859.527
TOTAL DO ATIVO	255.100.590	-		-	255.100.590
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	141.209	-		-	141.209
Empréstimos bancários	69.591	-		-	69.591
Obrigações tributárias	4.761.961	-		-	4.761.961
Obrigações sociais e trabalhistas	5.178.955	-		-	5.178.955
Acordos extrajudiciais a pagar	3.194.926	-		-	3.194.926
Adiantamentos de terceiros	2.206.120	-		-	2.206.120
Receitas a apropriar	1.997.383	-		-	1.997.383
Parcelamentos tributários	2.617	-		-	2.617
Empréstimos de terceiros	11.952.311	-		-	11.952.311
Outras obrigações	2.092.854	-		-	2.092.854
Total do passivo circulante	31.597.927	-		-	31.597.927
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamentos tributários	25.024.552	-	(b)	(23.829.310)	1.195.242
Provisão para riscos judiciais	116.527.662	46.603.801	(b) e (c)	23.829.310	186.960.773
Total do passivo não circulante	141.552.214	46.603.801		-	188.156.015
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio social	63.739.000	-	(d)	(63.739.000)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	249.102.592	-		-	249.102.592
Déficits acumulados	(230.891.143)	(46.603.801)	(c) e (d)	63.739.000	(213.755.944)
Total do patrimônio líquido	81.950.449	(46.603.801)		-	35.346.648
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	255.100.590	-		-	255.100.590



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir:

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e de apresentação

A Administração do Clube definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa e os depósitos bancários.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Clube for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo por meio do resultado (“VJR”). Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O CPC 48 contém abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que contém três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

- Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com data para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou



considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que o Clube utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a: a) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros e do principal; c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas ao resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Baixa de ativos e passivos financeiros

O Clube baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se não houver transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas existir o controle do ativo transferido, o Clube reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos setores que terá que pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Clube continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.



Imobilizado

Terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, computadores e periféricos compreendem o Ativo imobilizado. Terrenos e edificações foram avaliados a valor justo (custo atribuído), na primeira adoção dos CPCs pelo Clube.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, como segue:

	Ano
Edificações e construções	3%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações elétricas e outros	10%

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos, caso não incrementem mais de um ano na vida útil do bem.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.



Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida contabilmente conforme participações do Clube nas respectivas competições e atividades desenvolvidas ao longo do exercício, respeitando-se o Princípio da Competência.

Demais receitas e despesas

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo também com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Julgamentos e estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para se contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas e respectivas divulgações nas notas explicativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Clube revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Impostos e contribuições

O Clube é uma entidade sem fins lucrativos, gozando dos seguintes benefícios fiscais:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL): imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, conforme os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto no 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal;
- Programa para Integração Social (PIS): recolhimento da contribuição para o PIS sobre a folha de pagamento à alíquota de 1% de acordo com a Lei no 9.532/97;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção do recolhimento do COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis no 9.718/98 e no 10.833/03.
- INSS: Cota patronal: a incidência é sobre as receitas decorrentes de espetáculos desportivos ocorridos em território nacional, de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos à alíquota de 5% conforme Lei nº 9.711/1998. E a responsabilidade pelas retenções e recolhimentos é da entidade promotora do espetáculo ou da empresa ou entidade que repassar recursos ao clube ou associação desportiva em decorrência do evento. Terceiros: o Clube está sujeito à contribuição devida a terceiros (outras entidades ou fundos) à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de salários de empregados, atletas ou não. Sendo distribuídos em:

Salário educação:	2,5%
Incra:	0,2%
Sesc:	1,5%
Sebrae:	0,3%
Total:	4,5%



Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2020:

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2020, não apresentam impactos relevantes nas demonstrações contábeis do Clube. O Clube decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis do Clube.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se ao saldo em caixa e em bancos e está apresentado da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
Caixa	322.710	487.205	330.185
Bancos conta movimento	342.565	149.136	16.259
Aplicações financeiras	11.349	3.219	3.219
Total	<u>676.624</u>	<u>639.560</u>	<u>349.663</u>

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
Mensalidade a receber	649.406	790.823	605.114
Cartão de crédito (a)	60.322	1.125.792	257.429
Outras	26.163	21.820	-
Total	<u>735.891</u>	<u>1.937.895</u>	<u>862.543</u>

(a) Referem-se a mensalidades de sócios que são pagas através de cartões de crédito.

6. EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

Em 1 de junho de 2011, o Clube firmou com a ATASC – Associação dos Torcedores e Amigos do Santa Cruz, um contrato de mútuo no Montante de R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais). No decorrer da vigência desse contrato, as partes acordaram quanto à celebração de contrato de arrendamento das dependências do Centro de Treinamento Ninho das Cobras Rodolfo Aguiar de titularidade da ATASC, de modo que, a contraprestação pelo uso por parte do Santa Cruz em bases mensais, corresponderia à quitação do referido contrato de mútuo.



7. IMOBILIZADO

O Clube realizou na transição para as atuais normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis, conforme laudo técnico, a revisão dos critérios de determinação da vida útil dos bens, por empresa especializada, para promover a revisão da vida útil e avaliação (custo atribuído) de alguns bens seu imobilizado. O terreno, a edificação do Estádio José do Rego Maciel e as torres de iluminação estão demonstradas pelo custo atribuído, calculados a partir da adoção das regras do Comitê de Pronunciamento Contábil, suportado por laudo de peritos independentes da AC Avaliação Ltda.. Tais valores estão deduzidos de depreciação, para os quais não foram identificados indicativos de desvalorização econômica que justificasse o reconhecimento de perdas por não recuperabilidade, a partir dessa data.

Conforme laudo, o valor total da avaliação montou o valor de R\$ 274.674.870, sendo ele:

- Terreno: 58.441,13 m² x R\$ 2.200 = R\$ 128.570.486
- Área construída: 30.221,08 m² x R\$ 4.800 = R\$ 145.056.384
- Torres de iluminação com quatro refletores: R\$ 1.048.000

A vida útil remanescente dos edifícios e construções e das torres de iluminação foram determinadas em 444 meses (37 anos) e 240 meses (20 anos), respectivamente.

Máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e outros ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico, deduzidos da respectiva depreciação.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Edificações e construções -----	3%
Veículos -----	20%
Móveis e utensílios -----	10%
Máquinas e equipamentos -----	10%
Instalações elétricas e outros -----	10%

Custo	2020			
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	128.570.486	-	-	128.570.486
Edifícios e construções	145.056.384	-	-	145.056.384
Móveis e utensílios	133.184	-	-	133.184
Computadores e periféricos	75.681	-	-	75.681
Ferramentas e apetrechos	33.894	-	-	33.894
Máquinas e equipamentos	10.915.803	-	-	10.915.803
Máquinas - academia de ginástica	62.933	-	-	62.933
Veículos	85.000	-	-	85.000
Sistema de segurança	19.000	-	-	19.000
Torres de iluminação	1.048.000	-	-	1.048.000
Total	<u>286.000.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>286.000.365</u>



Depreciação

Edifícios e construções	(29.073.554)	(3.920.443)	-	(32.993.997)
Móveis e utensílios	(63.658)	(13.318)	-	(76.975)
Computadores e periféricos	(75.680)	-	-	(75.681)
Ferramentas e apetrechos	(24.114)	(3.389)	-	(27.504)
Máquinas e equipamentos	(8.512.453)	(1.091.580)	-	(9.604.033)
Máquinas - academia de ginástica	(31.326)	(6.293)	-	(37.618)
Veículos	(86.040)	-	1.040	(85.000)
Sistema de segurança	(16.924)	(1.900)	-	(18.824)
Torres de iluminação	(388.633)	(50.439)	-	(439.072)
Total	<u>(38.272.382)</u>	<u>(5.087.362)</u>	<u>1.040</u>	<u>(43.358.704)</u>
Total	<u>247.727.983</u>	<u>(5.087.362)</u>	<u>1.040</u>	<u>242.641.661</u>

2019

	<u>Saldo em</u> <u>01/01/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	128.570.486	-	-	128.570.486
Edifícios e construções	145.056.384	-	-	145.056.384
Móveis e utensílios	133.184	-	-	133.184
Computadores e periféricos	75.681	-	-	75.681
Ferramentas e apetrechos	33.894	-	-	33.894
Máquinas e equipamentos	10.915.803	-	-	10.915.803
Máquinas - academia de ginástica	62.933	-	-	62.933
Veículos	85.000	-	-	85.000
Sistema de segurança	19.000	-	-	19.000
Torres de iluminação	1.048.000	-	-	1.048.000
Total	<u>286.000.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>286.000.365</u>
<u>Depreciação</u>				
Edifícios e construções	(25.153.111)	(3.920.443)	-	(25.153.111)
Móveis e utensílios	(50.340)	(13.318)	-	(50.340)
Computadores e periféricos	(67.972)	(7.708)	-	(67.972)
Ferramentas e apetrechos	(20.725)	(3.389)	-	(20.725)
Máquinas e equipamentos	(7.420.873)	(1.091.580)	-	(7.420.873)
Máquinas - academia de ginástica	(25.032)	(6.294)	-	(25.032)
Veículos	(86.040)	-	-	(86.040)
Sistema de segurança	(15.024)	(1.900)	-	(15.024)
Torres de iluminação	(336.233)	(52.400)	-	(336.233)
Total	<u>(33.175.350)</u>	<u>(5.097.032)</u>	<u>-</u>	<u>(38.272.382)</u>
Total	<u>252.825.015</u>	<u>(5.097.032)</u>	<u>-</u>	<u>247.727.983</u>



Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
COFINS a recolher	25.019	25.019	25.019
INSS retido a recolher	8.910	8.910	8.910
IRRF a recolher (a)	5.633.885	5.058.507	4.671.810
Contribuições sociais retidas na fonte a recolher	54.756	55.034	56.061
ISS a recolher	19.021	19.021	161
Total	<u>5.741.591</u>	<u>5.166.491</u>	<u>4.761.961</u>

(a) Corresponde, substancialmente, ao imposto de renda retido em folha salarial não pago.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
<u>Proventos:</u>			
13º salário a pagar	538.976	221.506	52.990
Férias a pagar	245.849	226.975	174.519
Salário a pagar	1.956.140	1.670.896	876.731
Rescisões a pagar	750.223	556.217	-
Autônomos a pagar	13.800	13.800	8.600
Contribuição sindical a pagar	82.187	79.954	81.072
Pensão alimentícia a pagar	49.776	41.822	32.140
PIS sobre folha	340.333	296.925	247.913
Subtotal	<u>3.977.284</u>	<u>3.108.095</u>	<u>1.473.865</u>
<u>Encargos sociais a pagar:</u>			
FGTS a recolher	1.612.231	1.313.976	953.515
INSS a recolher	4.163.277	3.590.655	2.751.575
Subtotal	<u>5.775.508</u>	<u>4.904.631</u>	<u>3.705.090</u>
Total	<u>9.752.792</u>	<u>8.012.726</u>	<u>5.178.955</u>



10. ACORDOS EXTRAJUDICIAIS A PAGAR

Refere-se a acordos extrajudiciais de verbas rescisórias e valores devidos pelo Clube a ex-funcionários e atletas.

11. ADIANTAMENTOS DE TERCEIROS

Os adiantamentos de terceiros compreendem recebimentos antecipados correspondentes as verbas dos campeonatos estaduais dos anos imediatamente posteriores.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
CBF – Confederação Brasileira de Futebol	-	-	197.854
FPF – Federação Pernambucana de Futebol	2.287.856	2.008.266	2.008.266
Total	<u>2.287.856</u>	<u>2.008.266</u>	<u>2.206.120</u>

12. RECEITAS A APROPRIAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
Receita antecipada – Copa do Nordeste	-	1.050.000	1.997.383
Adiantamento de bilheteria (a)	449.343	499.343	-
Adiantamento – Copa do Brasil	200.000	-	-
Adiantamento – Campeonato Estadual	417.513	-	-
Total	<u>1.066.856</u>	<u>1.549.343</u>	<u>1.997.383</u>

(a) Valor adiantado pela Libra Securitizadora S.A. a ser amortizado com a Futebolcard Sistemas Ltda. mediante bilheteria dos jogos em 2021, com a volta do público aos estádios.

13. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2019</u> (Reapresentado)
<u>Circulante</u>			
(a) Parcelamentos tributários			
Parcelamento – BACEN (a)	377.807	180.858	2.617
(-) Encargos a transcorrer	<u>(92.395)</u>	<u>(48.614)</u>	<u>-</u>
	285.412	132.244	2.617



Não circulante

(a) Parcelamentos tributários

Parcelamento – BACEN (a)	1.621.172	1.925.369	2.229.565
(-) Encargos a transcorrer	<u>(902.982)</u>	<u>(968.653)</u>	<u>(1.034.323)</u>
	718.190	956.716	1.195.242

Total

Circulante	285.412	132.244	2.617
Não circulante	718.190	956.716	1.195.242

(a) Parcelamento de multa do Bacen referente venda de atleta ao exterior por diferenças cambiais na transação.

PROFUT

Em 04 de Agosto de 2015, o governo federal publicou a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – 13.155/15, estabelecendo o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT. Na Seção II desta lei, foram especificas as condições para adesão ao Parcelamento Especial de Débitos das Entidades Desportivas de Futebol perante a União adesão esta, feita pelo clube em novembro do mesmo ano. Desde então, e até o exercício de 2019 o clube manteve o reconhecimento contábil do referido parcelamento, mesmo não havendo a consolidação integral dos cálculos por parte das autoridades fiscais. Em novembro de 2018, sob a alegação de não cumprimento de requisitos desta lei, a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT, decidiu pela exclusão do clube do quadro de beneficiários do parcelamento. Ato contínuo, a administração do clube por meio de sua assessoria jurídica ingressou em 14 de dezembro de 2018, com requerimento de Pedido de Suspensão da Pena de Exclusão do Profut. Não obstante ao esforços empreendidos pela administração, a exclusão do parcelamento fora mantida. Em 2 de abril de 2019 foi protocolado novo requerimento de defesa junto a APFUT com pedido de suspensão da pena de exclusão do Profut, o que fez com que mantivéssemos a evidência da contabilização do referido parcelamento. Desta forma, em 2020, a administração reconheceu contabilmente os efeitos desta exclusão, reclassificando os saldos para contas de provisões para contingências. A assessoria jurídica do clube já realizou uma primeira reunião em janeiro/2021 com a PGFN no intuito de simular um acordo por transação individual que possa ser mais vantajoso e viável ao clube. O clube também tem acompanhado o projeto de lei sobre o Profut onde no último dia 19/04/2021, os parlamentares derrubaram, por 378 votos contra 17, o veto ao projeto de lei que isentou os clubes de futebol de pagarem parcelas de 2020 de dívidas renegociadas pelo Profut. A matéria segue para promulgação. Com a derrubada, parlamentares retomaram o trecho que determinava a reabertura do prazo para adesão de clubes de futebol ao parcelamento de dívidas com a União. O prazo havia acabado em 31 de julho de 2016, mas o projeto de lei permitia adesão até o fim do estado de calamidade pública, decretado em virtude da pandemia de covid-19, inclusive para os clubes que tenham sido excluídos do Profut por descumprimento de suas regras.



14. EMPRÉSTIMOS DE TERCEIROS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
Empréstimos de terceiros – Pessoas Jurídicas	1.030.636	1.010.107	1.606.607
Empréstimos de pessoas físicas	10.666.639	10.362.883	10.345.704
Total	<u>11.697.275</u>	<u>11.372.990</u>	<u>11.952.311</u>

As movimentações dos empréstimos estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>11.372.990</u>
Captação de empréstimos	1.817.600
Pagamento de principal	<u>(1.493.315)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11.697.275</u>

Esses empréstimos são realizados por terceiros, não há exigência de garantias ou cobranças de juros e multa.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Valores devidos, referentes aos exercícios de 2017 a 2020. Em 22 de julho de 2016, houve a publicação no Diário Oficial do Recife da Resolução do Comitê Gestor nº03/16 onde, no seu artigo 3º concedeu remissão de 100% dos débitos de Imposto Territorial Urbano - IPTU e Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2016 e anteriores. dos imóveis de propriedade do Santa Cruz Futebol Clube. Para atendimento ao Programa de Remissão de Dívidas Fiscais Municipais, previsto na Lei 17.399/2007, além da disponibilização de suas instalações físicas para a execução de projetos educacionais, esportivos e sociais de interesse do município, o clube oferta também atividades esportivas, em horário pré-definidos, mais especificamente nas seguintes modalidades: futsal, judô, handebol, futebol de campo e hidroginástica, para cumprimento estimado de 288 horas mensais do programa.

16. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, havia ações de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias com valor no total de R\$ 116.891.380 movidas contra o Clube, que foi classificada com probabilidade de perdas prováveis de acordo com pelos assessores jurídicos.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2019</u> (Reapresentado)
Trabalhistas	109.471.539	110.067.348	110.834.174
Cíveis	28.266.788	20.771.920	19.641.375
Tributárias	<u>45.825.345</u>	<u>56.010.285</u>	<u>56.485.224</u>
Total	<u>183.563.672</u>	<u>186.849.553</u>	<u>186.960.773</u>



As movimentações das provisões para riscos judiciais estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	186.849.553
Ajustes da provisão de riscos judiciais	<u>(3.285.881)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>183.563.672</u></u>

Em 2020, havia as seguintes ações movidas contra o Clube de natureza possível de perdas:

<u>Processo</u>	<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>	<u>Probabilidade</u>
0007304-86.2018.8.17.2001	Cível	1.000	Possível
0001115-54.2013.8.17.0001	Cível	2.156.781	Possível
0820210-28.2019.4.05.8300	Tributária	672.842	Possível
0820210-28.2019.4.05.8300	Tributária	7.805	Possível
0820210-28.2019.4.05.8300	Tributária	10.360	Possível

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Patrimônio social

De acordo com o artigo 48, parágrafo 2º, do Estatuto, o Clube não distribui resultados, dividendos e bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Assim, o patrimônio social é aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

O Clube reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado em 2020 e em 2019 nos valores de R\$ 241.156.906 e R\$ 245.129.749, respectivamente. O reconhecimento e contabilização utilizou como base o Laudo de avaliação patrimonial realizado pela AC Avaliação Ltda. datado em 26 de julho de 2012.



18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Copa do Nordeste	2.215.569	3.068.332
Campeonato Pernambucano	1.040.000	1.000.000
Copa do Brasil	1.053.850	4.255.880
Repassse CBF	-	25.276
Bilheteria – Campeonato Brasileiro	177.110	941.484
Bilheteria – Campeonato do Nordeste	311.218	252.855
Bilheteria – Campeonato Pernambucano	470.131	404.555
Bilheteria – Copa do Brasil	-	759.320
Camarotes, alimentos, bebidas, estacionamento	52.703	68.479
Marketing e comercial	5.778.076	6.568.271
Transferências de atletas	250.000	1.738.905
Clube social	1.322.893	1.698.348
Outras receitas	1.081.501	812.756
Receita operacional líquida	<u>13.753.051</u>	<u>21.594.461</u>

19. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Despesas com pessoal:</u>		
Salários e ordenados	(4.854.156)	(4.405.230)
Férias	(158.370)	(514.441)
13º Salário	(495.643)	(389.062)
Rescisão	(3.200)	(108.403)
Aviso prévio	-	(266.382)
Comissões e horas extras	(8.041)	(18.607)
Prêmios e gratificações	(490.487)	(602.091)
Vale transporte	(28.820)	(62.062)
Vale alimentação	(227.019)	(372.327)
Ajuda de custo	(12.431)	(11.740)
Adicional de insalubridade	(13.215)	(17.769)
INSS sobre folha	(283.426)	(705.521)
F.G.T.S sobre folha	(392.178)	(413.934)
PIS sobre folha	(43.408)	(51.555)
Auxílio moradia	(645.400)	-
Outras despesas	(38.753)	(7.631)
Subtotal	<u>(7.694.547)</u>	<u>(7.946.755)</u>



Despesas gerais:

Imóveis alugados	-	(405.782)
Energia elétrica	(226.365)	(434.012)
Manutenção e conservação	(5.308)	(76.576)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(1.950.458)	(1.425.076)
Serviços prestados - pessoa física	(273.697)	(774.690)
Honorários advocatícios	(101.077)	(167.144)
Honorários contábeis	(129.340)	(139.401)
Comissão por participações de terceiros	-	(257.040)
Viagens e estadias	(611.842)	(648.065)
Material de uso e consumo	(527.250)	(586.828)
Despesa sócio torcedor	-	(589.907)
FPF – borderô	(120.242)	(297.361)
FPF – taxas diversas	(146.596)	(410.694)
Taxas diversas – outras federações	(109.141)	(290.770)
Direitos de imagem	(1.206.086)	(782.670)
Outras despesas administrativas	(340.277)	(870.649)
Subtotal	(5.747.679)	(8.156.665)

Despesas tributárias:

IPTU	(706.623)	(670.439)
Taxas e emolumentos	(54.271)	(68.809)
Custas processuais	(699)	(33.783)
Outras despesas tributárias	(2.608)	(17.857)
Subtotal	(764.201)	(790.888)

Depreciações e amortizações

Depreciação	(5.086.322)	(5.097.032)
-------------	-------------	-------------

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Provisão para riscos	-	(2.011.605)
----------------------	---	-------------

TOTAL	(19.292.749)	(24.002.945)
-------	--------------	--------------



20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Despesas financeiras:</u>		
Despesas bancárias	(29.015)	(54.108)
Juros e multas	(36.430)	(214.525)
Descontos concedidos	(11.558)	-
IOF	-	(602)
Taxa de cartão de crédito	(54.977)	(20.029)
 <u>Receitas financeiras:</u>		
Descontos obtidos	38.003	109.656
Rendimentos	8.655	14.739
 Valor líquido	 <u><u>(85.322)</u></u>	 <u><u>(164.869)</u></u>

21. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O Clube tem imunidade tributária e benefícios do por ser entidade sem fins lucrativos e Clube de futebol profissional, conforme nota nº 2.

IRPJ e CSLL

Como durante os exercícios de 2020 e 2019 o Clube não obteve superávits, não haveria IRPJ e CSLL.

PIS e COFINS

Não havendo isenção tributária, o Clube teria as respectivas despesas com PIS e COFINS nos montantes de R\$ 89.395 e R\$ 412.592, respectivamente, em 2020.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mantidos pelo Clube resumiram-se, basicamente, a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar e empréstimos. O Clube não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.



b) Caixa e bancos, títulos, contas a receber e contas a pagar

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros, constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência desses, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Principais fatores de risco do Clube

Risco de crédito:

As contas a receber de clubes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. O risco de inadimplência é baixo. Não existindo praticamente em 2020.

Risco de liquidez:

É o risco de o Clube não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

23. SEGUROS

O clube não possui nenhum seguro vigente no exercício de 2020.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Transferências de atletas

Em 1 de janeiro de 2021, o Clube concretizou a transferência do atleta Maycon Cleiton de Paula Azevedo em caráter definitivo ao Red Bull Bragantino. O Clube de Bragança Paulista adquiriu o percentual de 80% (oitenta por cento) dos direitos econômicos pelo preço total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mantém participações de 20% sobre os mesmos.

Disputa do campeonato brasileiro

Após o término do quadrangular final em fevereiro de 2021, o Clube não alcançou o acesso para a série B, devendo disputar o Campeonato Brasileiro da Série C, temporada 2021 a partir de maio.

Disputa da Copa do Nordeste

Em 2 de fevereiro de 2021, o Clube confirmou a participação na Copa do Nordeste/2021 superando o Itabaiana/SE em fase classificatório, o que assegurou uma cota de participação de R\$ 1.465.000. A presença do Clube da competição, se estendeu até o término da fase de grupos.



Eleição da nova diretoria

Em 11 de fevereiro de 2021, com 63,76% dos votos, Joaquim Bezerra foi eleito o 53º Presidente da história do Clube.

Em 18 de fevereiro de 2021 foi realizada na sede do Clube a cerimônia de posse da Diretoria Executiva e do Membros do Conselho Deliberativo, com mandato para o triênio 2021-23.

Reforma do estatuto social

No último dia 17 de abril de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, sócios e sócias tricolores aprovaram a reforma do Estatuto do clube, dando o aval para uma nova carta magna que virá a nortear e instruir seus gestores, com base em princípios de profissionalismo e responsabilidade. Mais que isso, o novo Estatuto também vai garantir uma maior participação da torcida com voz e voto para todo e qualquer associado ou associada.

Foram ao todo 2.498 sócios votantes, entre os 5.746 que estavam aptos a participar da eleição. Destes, foram 2.464 votos a favor da reforma do Estatuto, numa aprovação de mais de 98%, enquanto outros 28 sócios votaram contra a reforma e outros seis votos brancos. De forma inovadora, a votação secreta foi realizada de forma virtual.

25. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração do Clube autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 29 de abril de 2021, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.



SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

Fundado em 03 de fevereiro de 1914

PARECER DA COMISSÃO FISCAL DO SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

Senhores conselheiros,

Nos termos da lei e do mandado homologado por V.Sas, oferecemos parecer sobre as demonstrações contábeis, relatório de auditoria e as notas explicativas do Santa Cruz Futebol Clube relativos ao exercício de 2020.

Diante da Recém nomeação, no curso do exercício, não foi possível acompanhar a atividade do Santa Cruz Futebol Clube com a periodicidade e extensão que consideramos adequadas.

No âmbito das nossas observações verificamos que:

As demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Santa Cruz Futebol Clube, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de sua operação e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para recomendação de aprovação com ressalvas”

Base para recomendação de aprovação com ressalvas

- 1- Impossibilidade de validação do saldo do contas a receber em razão da não apresentação de relatórios que demonstrem sua composição
- 2- Impossibilidade de validação do saldo original da conta “móveis, utensílios, computadores, periféricos, máquinas e equipamentos” em razão da ausência de controle patrimonial físico sistêmico
- 3- Impossibilidade de validação do saldo da depreciação acumulada tendo em vista que não foi utilizada a metodologia de cálculo pela vida útil do bem (ICPC10)

- 4- Impossibilidade de validação dos saldos de obrigações tributárias, sociais e trabalhistas em razão de não ter sido fornecido relatório que discrimine a composição analítica desses passivos
- 5- Impossibilidade de validação do saldo dos empréstimos de terceiros em razão da não apresentação de documentações comprobatórias que atestem o ingresso dos saldos originais, bem como a ausência das circularizações.
- 6- Impossibilidade de validação do saldo de R\$183.563.672 contabilizados como provisão para riscos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários movidos contra o clube em razão do não fornecimento de relatório que discrimine as ações na data base do balanço, embora o saldo informado pelos assessores jurídicos seja inferior em R\$ 69.622.498.
- 7- Insuficiência de controles internos apontados pelo auditor externo com potencial de ocultar eventuais distorções não citadas como ressalva neste parecer. Como exemplo , o controle dos gastos com formação de atletas , conforme determina a ITG 2003 (Normas Brasileiras de Contabilidade)

Chamamos atenção para os sucessivos déficits , em 2020 de R\$5.625.020, o ano foi agravado por medidas restritivas impostas pelas autoridades no combate ao COVID 19,tendo como principal efeito queda substancial na receita com bilheteria(importante fonte de receita histórica da instituição) em função da proibição à presença de público , tal medida encontra-se em vigor desde março de 2020, também contribuiu negativamente a eliminação na 2ª fase da Copa do Brasil repercutindo numa redução de receita de R\$3.202.030 na base de comparação anual. Como consequência dos rotineiros déficits o clube amarga frágeis indicadores de liquidez que o deixam numa situação de vulnerabilidade, sendo imprescindível para a estabilização da organização a adoção de uma política orçamentária austera, bem como a potencialização das receitas tradicionais e a geração de novas fontes.

No relatório dos auditores o parecer é favorável à aprovação das contas com ressalvas, evidenciando que salvaguardadas as ressalvas o balanço e as demonstrações estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Diante do exposto somos pelo parecer de aprovação com ressalvas da prestação de contas do exercício de 2020, representada pelas demonstrações contábeis aqui mencionadas.

Recife ,29 de abril de 2021

Eduardo Cavalcanti de Petribú Fraga Rocha

Cristhian Pedrosa

Edgar Assis





EDGAR FRANCISCO DE ASSIS
NETO:90740084453

Assinado de forma digital por EDGAR FRANCISCO DE ASSIS NETO:90740084453
Data: 2021.04.29 15:58:23 -03'00'